

## O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE

Gizelda Costa da Silva  
Simonini<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho tem como principal objetivo investigar como os professores de história resgatam a história da África no ensino e como se dá a formação dos profissionais da área de história para trabalhar o assunto, principalmente depois da ampla discussão provocada pela aprovação da lei que obriga seu ensino na educação básica. Esse estudo visa também à formação continuada dos professores de História. A metodologia tem como base a História Oral para o resgate das experiências de professores de história, para tanto entrevistaremos profissionais que atuam ou atuaram no ensino fundamental e médio. Serão entrevistados professores negros e brancos para resgatar as vivências culturais, sociais, as influências e o significado de ser professor, além da sua contribuição para o resgate da história dos africanos no passado e sua importância hoje, visando à valorização e a luta contra o preconceito existente no país. Serão entrevistados cinco professores, sendo eles das redes municipal, estadual, federal e particular de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino de História, História da África, Atuação docente.

**Abstract:** This paper has as the primary objective investigate how the history teachers redeem the history of Africa and how is the development of the professionals in the history area to work with that subject, specially after the large discussion provoked by the approval of the law that obligates its teaching on elementary school. This study also seeks the development of history teachers. The methodology lies specially in Oral History for the ransom of history teachers' experience, for that, we will interview professionals that act or used to act on elementary and high schools. Both white and black teachers will be interviewed in order to redeem cultural and social experiences, the influences and the meaning of being a teacher, over and above their contribution on the redeem of the ancient history of the African people and its importance today, seeking the recovery and the fight against the prejudice present in the country. There will be interviewed five teacher, them being from the municipal, state, federal and private networks of education.

**Key-words:** Teaching of History, History of Africa, Teachers performance.

O estudo do tema História da África é fundamental para a compreensão da história do Brasil. Para entender o país se faz necessário estudar os povos formadores da nossa identidade. Além da importância do tema para entender o que somos, as mudanças na legislação que obrigam o estudo da África e da cultura herdada dos negros no Brasil, são fundamentais para entender as permanências culturais que se manifestam nas formas do racismo e do preconceito ainda existentes na nossa sociedade. Isso fica muito evidente nos índices de escolaridade de negros e brancos, assim como no acesso aos empregos com melhor remuneração.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela UFU, professora de História aposentada UFU atuando na UNIPAC curso de Pedagogia.

Na realidade, a necessidade do estudo da temática sempre esteve presente, mas foi ampliado nos últimos cinco anos, a partir do momento em que iniciamos as atividades nos cursos acima referidos, pois enquanto professora do curso de História na universidade pública, nossa atuação esteve voltada para a História da América e para a Prática de Ensino da História – curiosamente, sem perceber que eram conhecimentos parciais, exatamente porque excluía estudos sobre aspectos inseparáveis da realidade focalizada, que justificavam a existência dessas disciplinas. Mas, mesmo nessas áreas o assunto estava presente. A partir das mudanças na legislação, inicialmente com a LDB e seus desdobramentos, o interesse pelo tema do preconceito, do racismo, da cultura africana foi fortemente ampliado pelos pesquisadores, educadores, militantes do movimento negro, sendo tema presente na mídia, principalmente agora, com a emergência da discussão das cotas nas universidades públicas para negros e descendentes.

O objetivo geral deste trabalho é investigar como o ensino de História resgata a história da África no ensino fundamental e como se dá à formação dos profissionais da área de história para trabalharem o assunto, principalmente depois da ampla discussão provocada pela aprovação da lei que obriga seu ensino na educação básica. Também investigar propostas de formação continuada dos profissionais do ensino fundamental e grades curriculares dos cursos de História, verificando se as disciplinas indicadas são adequadas para o atendimento da demanda. Analisar a produção de material didático – livros didáticos, artigos, coletâneas, revistas, jornais, filmes, documentários – para acompanhar a produção relativa ao tema, avaliando sua contribuição para o conhecimento do estudo da história africana e da cultura afro-brasileira, assim como da produção acadêmica, para embasamento teórico sobre a história da África.

Em vista disto, temos como problemática investigar as ações até agora implementadas, para viabilizar a formação dos profissionais que atuam no ensino fundamental, verificando se de fato, os preparam adequadamente para cumprirem os propósitos estabelecidos pela legislação. Simultaneamente, consideramos necessário investigar também a produção didática e acadêmica relacionada ao estudo da história e da cultura afro-brasileira, observando se está isenta de preconceitos e, mais que isto, se está orientada no sentido de promover a integração do negro na sociedade.

Se faz necessário também investigar a legislação existente, assim como sua influência nos rumos na educação do país, verificando a eficiência ou não da aprovação de leis nas mudanças esperadas no ensino fundamental. Para tanto, será objeto de análise a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei 10.639 de 09 de

janeiro de 2003, que altera a Lei 9.394/1996 e torna obrigatórias nos currículos dos níveis fundamental e médio, em estabelecimentos oficiais e particulares do país, as disciplinas História da África e Cultura Afro-Brasileira;

A Lei 9.131, artigo 5º, com fundamentação no Parecer CNE CP (Conselho Nacional de Educação) de 10 de março de 2004, regulamenta ações necessárias para a superação das dificuldades relacionadas à formação sobre o tema, apontando procedimentos para a execução da proposta. O histórico da Lei 10.639/03 se relaciona com a História do Brasil, suas origens no continente africano, de onde foram trazidos milhões de pessoas, entre homens, mulheres e crianças de 1550 a 1850, data da proibição do tráfico de africanos para o Brasil. Além do trabalho, os escravizados trouxeram sua cultura, seus costumes, sua religião. Foram importantes na construção da identidade nacional, sendo portanto, fundamentais para a compreensão da história do país.

Antes da aprovação da lei, algumas iniciativas já estavam presentes no sentido de resgatar a importância do negro na formação do país, o Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade da Bahia. Além do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes. Além disso, algumas leis municipais foram promulgadas em Belém, Aracaju e São Paulo, todas resultantes da atuação do Movimento Negro, a partir da década de 1970, sem nos esquecermos das lutas mais antigas para a inclusão da sua história no currículo escolar. As iniciativas atuais foram impulsionadas a partir aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde foi constatada a abordagem do Negro e do Indígena, assim como da abordagem racial e ética na “pluralidade cultural”, sem uma orientação específica em suas diretrizes. Isso dificulta criação e na aplicação de políticas públicas, visando à solução dos problemas enfrentados pela população negra, pois o maior índice de evasão escolar está entre eles, agravando ainda mais o acesso a melhores condições de vida.

Para a aplicação da lei, é fundamental a formação dos professores. No entanto, sabemos que a maioria dos cursos de formação de nível superior ainda não incluiu esse estudo na sua grade curricular. Algumas iniciativas concretas são observadas nas universidades públicas, por exemplo, na Universidade Federal de Uberlândia, que promove cursos de extensão para os professores da rede pública com o objetivo de sanar essa lacuna na sua formação profissional.

A pesquisa tem como meta desenvolver uma análise da legislação relacionada ao tema, tanto no que diz respeito às fontes primárias quanto às fontes secundárias sobre a questão da importância do estudo da África e da cultura africana no Brasil. Cabe ressaltar,

porém, que as leis são fruto de elaborações subjetivas, em contextos históricos específicos, em que ressaltam determinados valores. Como são aprovadas pelo coletivo de parlamentares com posições políticas diversas, resultam de um jogo de interesses; são, portanto, produto da correlação de forças vigente no período em que foram produzidas. A pesquisa deve levar em conta essas circunstâncias e deve-se procurar entendê-las situadas nos limites das condições da sua produção.

O materialismo histórico é um caminho possível para a compreensão dos processos históricos envolvidos na questão da escravidão, presente na história da humanidade desde o mundo antigo, perdurando até o século XIX em países da América, sendo o Brasil um dos últimos a aboli-la. A característica básica dessa forma de relação entre os homens é a redução de um ser humano à condição de propriedade do outro. O tema, abordado de forma brilhante por MARX, no capítulo do O Capital: “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, foi uma importante fonte de inspiração para a escolha do tema. Mesmo temendo não ser fiel ao materialismo histórico, não é demais afirmar que a escolha teórica tem essa perspectiva.

Com os riscos inerentes ao trabalho de pesquisa ainda por fazer, caminhos começam a influenciar as escolhas, como no caso, a preocupação com o conhecimento histórico como processo, como meta narrativa para situar o recorte da pesquisa. Por isso, é importante relacionar o tema com a história da expansão marítima portuguesa, esta intimamente ligada à escravidão. No século XIV, Lisboa já era descrita como terra de diferentes povos e de escravos: mouros, ciganos e negros de Guiné, estes em maior número. De acordo com Micelli (1994), ricos e pobres tinham desejo de ter escravos para a realização do trabalho manual. Segundo o autor, os primeiros africanos foram levados da Guiné para a Europa em 1441 e eram ocupados no trabalho doméstico, nas fábricas de material naval, como marinheiros, aumentando-se a procura na medida em que crescia o desprezo pelas atividades manuais.

O domínio da Ásia e da África pelos portugueses se amplia nos séculos XV e XVI na mesma proporção que aumenta a cobiça por minérios, escravos, tecidos, especiarias, entre outros produtos de interesse do comércio europeu. A feitoria e a fortaleza eram construídas para atender a demanda. Para efeito de domínio, primeiro procurava-se conquistar a elite local, embora as armas sempre estivessem presentes. Alencastro (2000), destaca o papel e a importância das alianças com os chefes locais para o sucesso dos portugueses na conquista do continente africano, assim como a importância dos *lançados*<sup>2</sup> para possibilitar a

---

<sup>2</sup> Lançados, de acordo com o autor, eram portugueses que passavam a viver em regiões da África e adotavam os costumes locais, faziam alianças e até casavam-se para criar laços com as culturas e com os povos locais.

conquista das regiões de interesse comercial para Portugal. Sendo o seu papel o de estabelecer relações com os dirigentes locais, onde os presentes cumpriam importante função entre africanos e europeus:

Símbolos do aparato real, os bens ostentatórios ofertados encaminhavam o contrato inicial, a abertura do porto ou feira de trato. Muitas vezes as oferendas, para além do valor monetário, representavam o tributo político que os europeus prestavam aos soberanos nativos. No entanto, a rapina – “o trabalho com as armas”, na expressão reveladora de Zurara – nunca será descartada. Ao contrário. Saque e comércio se substituem, se alternam, se complementam (ALENCASTRO, 2000:74).

A expansão e a conquista de riquezas e terras era o objetivo primordial dos Estados modernos europeus, sendo a escravidão de pessoas um dos negócios mais lucrativos no período compreendido entre os séculos XVI a XIX. De acordo com Lara (1981), a escravidão já era conhecida na África, mas os europeus a praticavam de forma diferente. Entre 1550 e 1850, três milhões e meio de africanos foram transportados para o Brasil em condições sub humanas, em navios negreiros cheios, em que trezentas ou até quinhentas pessoas eram transportadas amontoadas, em uma viagem que durava de trinta a cinquenta dias. Com essas péssimas condições, muitos morriam na travessia.

A escravidão na América foi um dos fatores da acumulação primitiva de capital. Importante fonte de riqueza e negócio altamente lucrativo, o comércio de escravos e a escravidão como base da produção monocultora possibilitaram às colônias americanas condições para competir no mercado europeu com produtos tropicais. Destacaram-se nesse grande negócio lucrativo Cuba, estados do sul dos Estados Unidos e Brasil – este o maior comprador de escravos até meados do século XIX.

Ainda de acordo com Lara (1981), a escravidão não teve como objetivo a submissão de uma etnia – os negros – mas sim o acesso às grandes riquezas que o tráfico de escravos possibilitava. A escravidão existiu porque era lucrativa e permitia ao proprietário embolsar o valor gerado pela produção do escravo, além do seu custo de subsistência. A identificação do negro com o trabalho braçal desvalorizado e o racismo são frutos da história, já que qualquer pessoa, branca ou não, tinha escravos como trabalhadores. O racismo – identificação do negro como ser inferior na escala social – afirmou-se a partir do século XIX. A exclusão dos negros das possibilidades de uma vida digna após a abolição foi uma expressão do racismo, o qual pode ser observado sob diferentes aspectos, inclusive sob os aspectos do acesso à educação e à forma como sua contribuição para a história do país é contada. Neste caso, é melhor dizer que a participação do negro na história do país não é

contada: destaca-se, quase sempre, a escravidão e a abolição, omite aspectos da cultura e da contribuição político-social.

As reflexões sobre a história mostram-nos que, ao longo do seu percurso histórico, o Brasil tem perpetuado na ação educacional escolar atitudes de exclusão e preconceito. Por outro lado, alguns educadores perceberam a escola de um ângulo diferente e têm buscado alternativas dentro das instituições escolares para resolverem problemas de relacionamento entre pessoas de diferentes cores e de diferentes origens étnicas e culturais. Isto tem criado novos pontos de vista sobre a sociedade e sobre a história: olhares críticos, questionadores, que buscam compreender e valorizar nossa cultura como um todo, abrangente da participação de diversas etnias, raças e povos na sua constituição, e não somente a cultura da classe dominante, predominantemente de origem portuguesa. São concepções que incorporam a ideia de que toda cultura tem sua importância na história e através de cada uma podemos adquirir conhecimentos significativos.

O destaque para a preservação dos valores e do patrimônio cultural é necessário para a valorização da matriz africana em seu aspecto positivo, pois a criança, principalmente, precisa de exemplos significativos para sua formação. A criança negra tem poucas referências positivas para aceitar-se e respeitar-se, desde os brinquedos projetados para brancos, ressaltando características da beleza branca, até as histórias infantis com raros personagens negros, e finalmente, os livros didáticos que não dão ênfase à diversidade cultural decorrente da diversidade étnica. Apenas nos últimos anos, com as críticas dos educadores, a diversidade étnica do país está sendo incorporada nos livros didáticos.

A Lei 9.131, artigo 5º, com fundamentação no Parecer CNE CP (Conselho Nacional de Educação) de 10 de março de 2004, regulamenta ações necessárias para a superação das dificuldades relacionadas à formação sobre o tema, apontando procedimentos para a execução da proposta:

Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos afro-brasileiros, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para os planos institucionais, planos pedagógicos, planos e projetos de ensino.

A lei aprova a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileira nas escolas do país, considerando o continente africano como uma fonte enriquecedora de cultura e de contribuições positivas para a formação do Brasil. Mas sabemos que não basta à aprovação da lei, é necessária uma mudança efetiva nas mentalidades, o que

não é fácil de ser realizado. Leva tempo uma mudança de concepção sobre a realidade, pois a cultura europeia, está fortemente marcada como sendo a única válida; as demais são consideradas exóticas. A África tem sido apresentada de forma estereotipada, como sinônimo de pobreza, atraso, doença, fome, primitivismo e espaço de guerras tribais. A riqueza cultural é ignorada na maioria dos livros didáticos, e não é incomum o estudante relacionar o continente com a escravidão e representar os africanos como incapazes de ter religiosidade e de construir casas, cidade, roupas e normas de convivência.

A temática proposta aponta para a questão das fontes, quer para a pesquisa, quer para o ensino da História. Em primeiro lugar, destacam-se as fontes escritas que serão objeto de análise, algumas leis foram citadas. Cabe destacar também as fontes orais, pois, para o estudo da cultura, das tradições de origem africana, preservadas por meio da transmissão oral, torna-se fundamental utilizá-las.

Para tanto, são fundamentais concepções teóricas sobre a produção da história que admitem que todas as expressões humanas são importantes para a compreensão da História, e que seu resgate necessita de variados registros. A Nova História é fértil na apresentação desse tipo de alternativa teórica e metodológica. A utilização de fontes diversificadas possibilita ao pesquisador o resgate de informações e vivências que não são facilmente encontradas nos registros tradicionalmente vistos como fontes – principalmente as fontes escritas – e que também estão presentes na música, na dança, na literatura, nas fontes visuais, as quais devem ser resgatadas e também valorizadas.

Boa parte da atenção tem sido dada à evidência oral, uma parcela de historiadores da África, como Jan Vansina, preocupado com a confiabilidade das tradições orais através dos séculos e outra por historiadores contemporâneos como Paul Thompson, reconstruindo a experiência de vida na época edwardiana (BURKE, 1991: 26).

O autor destaca, porém, a necessidade da crítica em relação a esse tipo de fonte, que como qualquer outra, requer uma análise rigorosa tendo em vista as dificuldades apresentadas no resgate da memória, assim como o problema da influência sobre o entrevistado.

O trabalho tem como base a realização de entrevistas com professores para averiguar como estão lidando com as novas exigências em sala de aula e também para descobrir como solucionam as lacunas da sua formação para a realização desse trabalho. As entrevistas deverão abranger a formação do docente, seu conhecimento sobre o assunto, sua atualização, entre outras questões. Sendo a principal em relação as mudanças percebidas pelos professores na sua atuação após a mudança na legislação, assim como a atuação da escola diante das novas exigências.

As fontes orais estão previstas para o resgate dos temas pesquisados, com objetivos definidos, com o uso de entrevistas, obedecendo à metodologia própria. Além disso, torna possível a construção de narrativas com o registro das vozes dos sujeitos históricos escolhidos, com critérios plenamente esclarecidos no seu desenvolvimento. Os sujeitos da pesquisa são professores de História, do ensino fundamental.

As entrevistas serão realizadas com profissionais que atuam ou atuaram em diferentes séries do ensino fundamental, de escolas estaduais, municipais e particulares da cidade de Uberlândia, ainda não definidas. Se faz necessário inicialmente, a preparação ou pré-entrevista para essa definição que será iniciada no ano letivo de 2009. Após essa preparação, serão escolhidos os cinco professores que serão entrevistados. O processo de entrevistas prevê a gravação, após alguns encontros individuais, onde será apresentado o projeto, seus objetivos, a metodologia do trabalho. Após a gravação, será produzido um documento escrito com a transcrição integral, após esse processo será a textualização, com a correção dos vícios da oralidade, enriquecida também com as observações realizadas e anotadas no caderno de campo para auxiliar na descrição de fatos relevantes para a pesquisa.

Para essa textualização será evitada a transcrição, ou seja, o uso fragmentado de trechos da transcrição, colocando em risco a veracidade das falas, sem o devido contexto em que foi apresentado. Além dessa preocupação, também é importante destacar os conceitos de memória individual, memória coletiva, esquecimento, ressentimento, identidade, entre outros que deverão ser aprofundados. A produção de fontes históricas sobre o tema só será concluída com a leitura e sugestões dos próprios sujeitos envolvidos, e após sua aprovação para posterior análise e publicização dos resultados.

As questões, que serão objeto de investigação dessa pesquisa foram em parte delineadas no início do texto, nos objetivos, mas um roteiro prévio será elaborado para orientar as entrevistas. Todos os demais objetivos desse trabalho serão relacionados aos resultados das respostas obtidas com os profissionais selecionados, além da análise das demais fontes de pesquisa indicadas para esse trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, Distrito Federal, 2004.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.



FONSECA, S G. *Ser Professor no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

KLARA, Sílvia Hunold. Trabalhadores Escravos. *Revista Trabalhadores*. Associação, Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, n. I, p. 4-19, 1981.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. *O Capital*, Vol. II. Nova Cultural: São Paulo, 1985.

MICELLI, Paulo. *O ponto onde estamos; viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. São Paulo: Ed. Página Aberta; Scritta, 1994.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.) *Multiculturalismo – diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 13-65.

PAIM, Paulo. *Estatuto da igualdade racial*. Brasília: Senado Federal, Distrito Federal, 2003.

THONPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Paz e Terra:R.J.1992.